

## INCLUSÃO OU INTEGRAÇÃO: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Maria Severina de Souza

### ARTIGO ORIGINAL

#### RESUMO

O presente trabalho discute o Atendimento Educacional Especializado (AEE) voltado a alunos com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), destacando seus fundamentos e estratégias de aplicação. O AEE deve ser compreendido como um complemento ao ensino regular, possibilitando a oferta de práticas pedagógicas que atendam às especificidades desses estudantes. Nesse contexto, as estratégias de atendimento em sala de aula incluem metodologias diversificadas, estímulo à criatividade, flexibilização curricular e incentivo à autonomia, favorecendo o desenvolvimento integral do aluno. O enriquecimento curricular surge como uma ferramenta essencial, uma vez que amplia as oportunidades de aprendizagem, promovendo desafios intelectuais e atividades diferenciadas. O suporte institucional, representado pelos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S), exerce papel fundamental na orientação de professores, no acompanhamento dos alunos e na articulação com a comunidade escolar. Apesar dos avanços, ainda persistem desafios e lacunas na implementação das diretrizes, como a escassez de políticas efetivas, a carência de recursos pedagógicos e a limitação do acesso aos serviços especializados. Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de aprimoramento da formação docente, para que os profissionais estejam preparados para identificar, compreender e atuar de forma adequada junto aos estudantes com AH/SD, garantindo uma educação inclusiva e de qualidade.

**Palavras-chave:** Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). Inclusão Escolar. Desafios.

Instituição afiliada – UNICRISTIAN

DOI: <https://doi.org/10.36557/pbpc.v4i2.400>

Autor correspondente: Maria Severina de Souza - [marisesjc2023@gmail.com](mailto:marisesjc2023@gmail.com)

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



## 1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva representa um dos grandes desafios da atualidade, buscando assegurar o direito à aprendizagem para todos os estudantes, enquanto respeita suas particularidades e potencialidades. Dentre os grupos atendidos pela educação especial, destacam-se os alunos com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), que necessitam de abordagens pedagógicas específicas e políticas públicas adequadas para favorecer o desenvolvimento pleno de suas capacidades. Nesse panorama, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) surge como uma ferramenta indispensável para complementar e enriquecer o ensino regular, proporcionando condições apropriadas para o aprendizado (BRASIL, 2008).

As práticas pedagógicas voltadas para alunos com AH/SD incluem estratégias inovadoras na sala de aula, atividades de enriquecimento curricular e suporte institucional especializado. O enriquecimento curricular, por exemplo, é visto como um mecanismo essencial para ampliar as possibilidades de aprendizado por meio de tarefas criativas e desafiadoras (FREITAS; PÉREZ, 2012).

Além disso, os Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) têm desempenhado um papel importante, apoiando professores e escolas no processo de identificação e acompanhamento desses estudantes, ao mesmo tempo que promovem uma rede especializada de apoio (BRASIL, 2005).

Apesar dos avanços, persistem limitações relevantes na implementação dessas diretrizes, tais como a insuficiência de recursos, a fragilidade das políticas públicas e a falta de práticas consolidadas de monitoramento. Outro ponto crítico é a necessidade de investir na formação continuada de professores, considerando que muitos ainda não se sentem preparados para atender às demandas específicas de alunos com AH/SD (FLEITH, 2022).

Portanto, a reflexão sobre o AEE e suas estratégias para esse público torna-se essencial para fortalecer a inclusão escolar e garantir uma educação verdadeiramente qualitativa.

## 2. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de natureza qualitativa, cujo objetivo é analisar e discutir o tema proposto a partir de referências já publicadas. A pesquisa bibliográfica permite o levantamento, a sistematização e a interpretação de informações presentes em materiais disponíveis, possibilitando a construção de conhecimento fundamentado em estudos prévios. Para a execução desta pesquisa, foram adotados os seguintes procedimentos: Levantamento bibliográfico: Foram consultadas obras relevantes sobre o tema em bibliotecas físicas e digitais, bases de dados acadêmicas (como Google Acadêmico, SciELO, BVS e periódicos CAPES) e documentos oficiais relacionados à legislação vigente. Seleção das fontes: As fontes selecionadas foram analisadas quanto à relevância, atualidade, credibilidade e pertinência ao objetivo da pesquisa. Dentre elas, priorizaram-se autores reconhecidos na área de estudo. Leitura e análise crítica: As obras selecionadas foram lidas de forma detalhada, buscando identificar conceitos-chave, metodologias utilizadas, resultados obtidos e discussões teóricas pertinentes.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 O atendimento educacional especializado (AEE)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como a principal modalidade de suporte para os alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo aqueles com AH/SD. O AEE não deve ser visto como uma substituição do ensino regular, mas sim como um complemento a ele, oferecido em salas de recursos no contraturno da matrícula do estudante. Seu objetivo é proporcionar o desenvolvimento pleno das potencialidades desses alunos, com base nos princípios da educação inclusiva. A atuação dos NAAH/S, como será visto a seguir, é uma forma de concretizar esse atendimento.

O MEC estabelece um conjunto de normativas para orientar o atendimento de alunos com AH/SD no sistema de ensino, garantindo que suas necessidades educacionais específicas sejam atendidas. Os principais documentos são:

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008): Este documento é a base para a educação inclusiva no Brasil. Ele define que a educação especial é uma modalidade de ensino que permeia todos os níveis, etapas e modalidades, e que o atendimento educacional especializado (AEE) para alunos com AH/SD deve ser oferecido de forma complementar à escolarização regular. A política foca em identificar, mapear e atender esses alunos, visando o pleno desenvolvimento de seu potencial.

Resolução CNE/CEB nº 4/2009 (BRASIL, 2009): Esta resolução estabelece as diretrizes operacionais para o AEE na educação básica. Ela reforça a necessidade de as escolas organizarem suas práticas para incluir os alunos com AH/SD, oferecendo recursos e atividades que complementem o currículo comum. A resolução descreve como o AEE deve ser planejado e executado, com a participação de professores especializados e a criação de salas de recursos multifuncionais.

Plano Nacional de Educação – PNE – Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014): O PNE estabelece metas e estratégias para a educação brasileira por um período de dez anos. A meta 4 do plano foca na universalização do atendimento para alunos da educação especial. Além de garantir a matrícula de todos os estudantes com deficiência, transtornos globais do

desenvolvimento e AH/SD, o PNE também determina a oferta de AEE, com apoio de profissionais e recursos adequados, para que o desenvolvimento de todo o potencial desses alunos seja garantido.

Manual de Orientação: Programa de Apoio a Portadores de Altas Habilidades/Superdotação (BRASIL, 2014): Este manual é um guia prático para gestores e professores. Ele oferece orientações sobre a identificação e o atendimento de alunos com AH/SD, sugerindo atividades, estratégias pedagógicas e parcerias para enriquecer o currículo escolar. O manual destaca a importância de um trabalho multidisciplinar e o papel da família no processo de desenvolvimento do aluno.

Esses documentos, em conjunto, formam a base legal para que as escolas e sistemas de ensino garantam um atendimento educacional adequado e de qualidade para alunos com altas habilidades ou superdotação.

Esses documentos reforçam que o atendimento deve ser realizado no AEE, de forma complementar ou suplementar à escolarização, por meio de atividades de enriquecimento curricular, projetos de pesquisa, oficinas e outras práticas que estimulem a autonomia e a criatividade.

Apesar dessas diretrizes, a efetividade de sua aplicação depende da formação inicial e continuada dos docentes, do engajamento das equipes pedagógicas e da disponibilidade de recursos e infraestrutura adequados (PÉREZ; FREITAS, 2021).

### **3.2. Estratégias de atendimento em sala de aula**

A prática pedagógica voltada para alunos superdotados exige abordagens diferenciadas, como a flexibilização curricular, o enriquecimento de conteúdo e a implementação de programas de aceleração (GUENTHER, 2017).

A identificação desses talentos é um grande desafio, já que o potencial dos alunos nem sempre é evidente. Alguns podem apresentar dificuldades emocionais ou sociais, enquanto outros podem esconder suas habilidades para evitar o isolamento. O MEC (BRASIL, 2006) recomenda que a identificação seja ampla, considerando diferentes aspectos como desempenho acadêmico, habilidades criativas e engajamento em áreas específicas do conhecimento.

Para que a inclusão seja efetiva, as escolas precisam adotar práticas pedagógicas mais flexíveis e diversificadas. Estratégias como o enriquecimento curricular, a aceleração de séries

e a criação de grupos de estudo avançados são essenciais para que os alunos sejam desafiados em um nível adequado às suas capacidades, prevenindo o desinteresse e promovendo seu crescimento intelectual (BRASIL, 2023).

Além do aspecto intelectual, o apoio psicológico e socioemocional é crucial. O desenvolvimento desses estudantes não se restringe ao âmbito acadêmico. Muitos enfrentam dificuldades para se relacionar com os colegas e podem sofrer exclusão ou *bullying*. Por isso, é fundamental que a escola ofereça suporte emocional adequado, garantindo um ambiente saudável para o aprendizado (BRASIL, 2023).

A falta de investimentos em programas de atendimento para alunos com altas habilidades é um problema recorrente. O Senado Federal (2023) destaca que, apesar das políticas públicas existentes, a implementação prática dessas iniciativas é limitada, especialmente nas escolas públicas.

O engajamento das famílias também é essencial. O suporte familiar desempenha um papel central no desenvolvimento desses jovens, ajudando-os a lidar com os desafios escolares e incentivando o aprendizado fora da sala de aula. Muitos pais não sabem como lidar com a superdotação, o que pode causar frustração. A orientação de profissionais da educação pode auxiliar as famílias a entenderem melhor as necessidades de seus filhos e a apoiarem seu desenvolvimento de forma saudável (BRASIL, 2023).

O Instituto Inclusão Brasil (2012) ressalta que a legislação brasileira voltada para alunos com altas habilidades ainda precisam ser ampliadas para garantir um atendimento mais eficiente e inclusivo. Embora existam leis e diretrizes, na prática, muitas escolas ainda carecem de recursos para oferecer um ensino diferenciado.

Um estudo de Silva (2024) sobre a educação de alunos superdotados aponta para a importância das inovações pedagógicas para o desenvolvimento desse grupo. O autor argumenta que o modelo de ensino tradicional, sem diferenciação, não oferece os desafios necessários para esses estudantes, o que prejudica seu aprendizado e engajamento. Essa visão se alinha com o trabalho de Dias e Pessetto (2024), que também defendem a adaptação das estratégias de ensino para atender às necessidades específicas desse público.

A inclusão efetiva de alunos com altas habilidades depende, primeiramente, do reconhecimento de sua existência e de suas necessidades, como ressaltado por Polido e Corrêa (2024). No entanto, muitas escolas ainda têm dificuldades em identificar corretamente esses alunos. Esse problema é, em parte, um reflexo da formação deficitária dos professores,

uma questão abordada por Lemos, Lima e Paiva (2024). Para os autores, a falta de capacitação adequada impede que os educadores ofereçam atividades desafiadoras, o que acaba por desmotivar os alunos superdotados.

### 3.3. O enriquecimento curricular

Compreender o desenvolvimento do potencial criativo como um aspecto inerente e individual do ser humano, considerando suas particularidades sociais, culturais e históricas, é um imperativo no cenário educacional. Nesse contexto, a elaboração de estratégias que favoreçam tal desenvolvimento torna-se essencial.

Joseph Renzulli, renomado psicólogo educacional e professor da Universidade de Connecticut, bem como diretor do Centro Nacional de Pesquisa sobre Superdotados e Talentosos (NRG/T), tem contribuído significativamente para a área desde a década de 1970. Em consonância com sua visão, programas educacionais devem ser estendidos a todos os estudantes, buscando uma educação de maior qualidade que respeite as necessidades e aptidões individuais (RENZULLI, 2014).

Um dos marcos de sua obra é o Modelo de Enriquecimento Escolar (The Schoolwide Enrichment Model - SEM), desenvolvido em 1986. Este modelo abarca três componentes inter-relacionados: o Modelo dos Três Anéis, o Modelo de Identificação das Portas Giratórias e o Modelo Triádico de Enriquecimento.

Modelo Triádico de Enriquecimento (MTE): Projetado para programas voltados a alunos com altas habilidades e talentos, o MTE visa incentivar o desenvolvimento de potencialidades e a criação de produtos originais em áreas de interesse do estudante. O objetivo é transformá-los de "consumidores de informação" em "produtores de conhecimento e de arte" (RENZULLI, 2014).

Modelo dos Três Anéis: Este modelo teórico postula que o talento emerge da convergência de três fatores: capacidade acima da média, envolvimento com a tarefa e criatividade (RENZULLI, 2014).

Modelo de Identificação das Portas Giratórias: Baseado na teoria dos Três Anéis, este modelo propõe a identificação de alunos com altas habilidades/superdotação para a formação de grupos de talentos. O processo de identificação envolve o próprio estudante, seus professores, os pais e alunos que já participam de grupos de enriquecimento.

O Modelo Triádico de Enriquecimento, conforme descrito por Virgolim (2014), tem como objetivo principal o desenvolvimento de um programa progressivo que atende às diversas habilidades e potenciais dos alunos. A meta é valorizar a criatividade e reduzir a invisibilidade, com o intuito de aumentar o número de adultos criativo-produtivos.

No entanto, a literatura sobre altas habilidades/superdotação (AH/SD) alerta para os desafios em garantir a continuidade dessa valorização no futuro, especialmente em relação ao sucesso profissional e pessoal dos indivíduos identificados com essa característica (Gardner, 2000; Renzulli, 2004b). Por isso, há uma necessidade urgente de mais pesquisas, trabalhos e colaboração com políticas públicas educacionais para assegurar essa continuidade.

Alencar e Fleith (2001) confirmam que o enriquecimento escolar, quando usado como estratégia pedagógica, é extremamente útil na aplicação das atividades em sala de aula. O objetivo final é dar aos alunos a oportunidade de adquirir e produzir seu próprio conhecimento.

O enriquecimento curricular é a principal abordagem pedagógica recomendada para atender as necessidades de alunos com AH/SD, permitindo um ensino mais flexível e adequado. Esta estratégia visa a compactação de conteúdos já dominados pelo aluno, liberando tempo para que ele se aprofunde em tópicos mais desafiadores. A principal referência teórica na área é o Modelo Triádico de Enriquecimento de Joseph Renzulli, validado por décadas de pesquisa empírica. Esse modelo se organiza em três tipos de atividades que podem ser implementadas no contexto escolar.

Renzulli (2024) afirma que é preciso realizar a Aceleração de Série: Estratégia prevista na LDB, que permite ao aluno cumprir o programa escolar em um tempo menor. A aceleração pode ser por admissão precoce, dispensa de disciplinas já dominadas ou encurtamento do tempo de estudo. No entanto, essa abordagem exige uma avaliação cuidadosa da equipe pedagógica e psicológica para assegurar que o estudante esteja preparado nos aspectos sociais e emocionais, além do domínio de conteúdo.

Plano Educacional Individualizado (PEI): A elaboração de um PEI é considerada essencial para cada estudante superdotado. O documento deve ser personalizado, contendo informações detalhadas sobre o aluno, um relatório circunstanciado de seu percurso escolar, a identificação de suas necessidades, capacidades e potencialidades, objetivos e metas claras,

e uma metodologia de trabalho a ser seguida. O PEI deve ser um processo avaliado e revisado continuamente, permitindo ajustes ao longo do trabalho.

O quadro a seguir descreve os três tipos de enriquecimento do modelo de Renzulli, com seus objetivos e exemplos de atividades.

**Quadro 1**

Tipos de enriquecimento curricular - segundo o Modelo de Renzulli, seus objetivos e exemplos de atividades

Tipo de Enriquecimento	Objetivo Principal	Exemplos de Atividades
Tipo I (Exploratório Geral)	Expor os alunos a uma ampla variedade de assuntos e áreas do conhecimento que não fazem parte do currículo regular.	Oficinas, palestras com especialistas, visitas guiadas a museus ou centros de pesquisa, feiras de ciência, uso de novas tecnologias (como robótica).
Tipo II (Treinamento em Habilidades)	Desenvolver habilidades cognitivas e de pesquisa, como o pensamento crítico, a solução de problemas e o uso de métodos de investigação.	Treinamentos em grupo para preparar os alunos para produzir produtos concretos, como a criação de um jornal escolar, um curta-metragem ou um projeto de programação.
Tipo III (Investigação de Problemas Reais)	Permitir que o aluno se aprofunde em uma área de interesse específico, realizando uma pesquisa original para resolver um problema do mundo real.	Desenvolvimento de um produto ou serviço autêntico para um público-alvo, como a criação de um aplicativo para facilitar o aprendizado de colegas ou a condução de um projeto de pesquisa ambiental.

Fonte: Autoria própria, com base no Modelo de Enriquecimento de Renzulli.

**3.4. O suporte institucional: os NAAH/S**

A atuação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) representa um modelo prático de suporte pedagógico e de efetivação das políticas de inclusão do MEC. Vinculados às Secretarias de Educação e em parceria com o MEC, esses núcleos oferecem um serviço de apoio pedagógico especializado. Suas funções incluem fornecer subsídios pedagógicos aos professores por meio de palestras e orientações, e oferecer o enriquecimento curricular no contraturno escolar por meio de projetos específicos (ALENCAR; FLEITH, 2020).

A existência de NAAH/S, como os relatos de experiência de Londrina e Campo Grande indicam, demonstra que o enriquecimento curricular não é apenas um conceito teórico, mas uma prática viável e de grande valor para o desenvolvimento social e acadêmico desses estudantes. O NAAH/S funciona como uma estrutura intermediária que traduz as políticas de inclusão em ações concretas, como a oferta de oficinas de "Robótica Educacional" ou "Cineclubismo" no contraturno. Contudo, a eficácia desses centros é restrita à sua área de atuação. O fato de a subnotificação ser um problema nacional sugere que, apesar do sucesso pontual, a desigualdade na implementação dessas políticas ainda é um desafio a ser superado (ALENCAR; FLEITH, 2020).

As práticas pedagógicas para alunos com AH/SD devem priorizar a diversificação curricular e a flexibilização metodológica, incluindo propostas como aceleração de estudos, agrupamentos flexíveis, ensino por projetos e atividades extracurriculares desafiadoras (ALENCAR; FLEITH, 2020).

O MEC (BRASIL, 2014) também sugere a integração desses estudantes em atividades de mentoria e participação em olimpíadas científicas e artísticas.

A literatura destaca que o professor, ao planejar estratégias diferenciadas, deve levar em conta os interesses, habilidades e ritmo de aprendizagem de cada estudante, evitando a simples ampliação da carga de trabalho sem aprofundamento qualitativo (VIRGOLIM, 2017).

### **3.5 Desafios e lacunas na implementação das diretrizes**

Apesar da legislação brasileira prever o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para estudantes com altas habilidades/superdotação, sua efetivação enfrenta desafios significativos. A seguir, exploramos alguns dos principais entraves, detalhando cada um com base em referências e pesquisas na área.

Muitas escolas no Brasil não oferecem um atendimento adequado aos alunos com AH/SD, ou o fazem de maneira pontual, sem integração com o projeto político-pedagógico da instituição. A pesquisa de Freitas e Pérez (2019) reforça essa problemática, indicando que o atendimento a esses estudantes é, em muitos casos, inexistente. Isso sublinha a necessidade de políticas públicas que invistam na formação continuada de docentes e na implementação de práticas inclusivas efetivas e contínuas.

Um dos desafios mais proeminentes é a falta de um atendimento consistente e articulado. Pesquisas, como a de Freitas (2016), indicam que, em muitas escolas, o suporte a alunos com AH/SD é inexistente ou se restringe a iniciativas isoladas. A ausência de uma conexão sólida com o projeto político-pedagógico da escola impede que as ações sejam contínuas e sistemáticas, minando a eficácia das intervenções. Essa lacuna reforça a necessidade de políticas públicas que priorizem a formação docente específica e a implementação de práticas inclusivas que sejam integradas ao currículo e à cultura escolar.

Além das necessidades intelectuais, os alunos com altas habilidades/superdotação frequentemente enfrentam desafios de ordem emocional e social. De Faveri e Heinzle (2019) observam que esses estudantes podem lidar com questões como isolamento social, perfeccionismo excessivo e dificuldades no manejo das próprias emoções. O suporte psicológico e emocional torna-se, portanto, um componente fundamental para o bem-estar e o desenvolvimento. A escola precisa ir além do enriquecimento curricular, criando um ambiente que os ajude a navegar esses desafios emocionais e a desenvolver resiliência, promovendo um aprendizado mais equilibrado e favorável (FAVERI, HEINZLE 2019).

A avaliação do progresso dos alunos com AH/SD é outro ponto crítico. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) preconiza a necessidade de avaliações que vão além do desempenho acadêmico. É crucial considerar as habilidades socioemocionais e criativas, que são características intrínsecas à superdotação. Uma avaliação contínua e diversificada permite aos educadores ajustar as estratégias pedagógicas de forma personalizada, identificando as áreas em que os alunos precisam de

mais estímulo e apoio, assegurando que o AEE seja verdadeiramente eficaz e alinhado com as especificidades de cada estudante.

### **3.6. Aprimoramento da formação de professores para trabalhar com alunos AH/SD**

Para romper o ciclo de desinteresse e desinformação, é imperativo que a formação de professores seja fortalecida. Os desafios enfrentados pelos docentes no trabalho com alunos com AH/SD exigem uma revisão profunda das matrizes curriculares dos cursos de pedagogia e licenciaturas, de modo a incluir o tema de forma obrigatória. Além disso, a formação continuada deve ser entendida como parte da carreira docente, não se limitando a eventos esporádicos. É crucial que os programas de capacitação sejam de caráter prático, com foco em estratégias de identificação e em metodologias ativas que empoderem o professor a adaptar o currículo e a criar planos individualizados (BRASIL, 2008).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a formação dos profissionais da educação deve garantir uma sólida base teórica e prática, de modo a capacitá-los para atender às diferentes demandas do contexto escolar (BRASIL, 1996). Essa perspectiva é reforçada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orienta a preparação docente voltada para o atendimento das especificidades de estudantes público-alvo da educação especial (BRASIL, 2008).

No entanto, há uma grande lacuna entre essa formação inicial e a realidade da escola inclusiva. Para superá-la, é essencial que sejam criadas políticas públicas que priorizem a formação continuada. Essa formação deve ser interdisciplinar e incluir estudos sobre acessibilidade, práticas pedagógicas diversificadas e estratégias de ensino colaborativo, preparando os professores para as complexidades do dia a dia. (TARDIF, 2014).

Além disso, os cursos de licenciatura precisam ir além da teoria, promovendo experiências que conectem o conhecimento acadêmico com a vivência em sala de aula. Dessa forma, os educadores constroem saberes que combinam aspectos técnicos e éticos, permitindo uma atuação pedagógica mais humanizada e inclusiva. O objetivo não é apenas que o professor lide com a diversidade, mas que a enxergue como um elemento de enriquecimento no processo de ensino-aprendizagem. (TARDIF, 2014).

A troca de experiências também é fundamental. A criação de grupos de estudo e comunidades de prática permite que os professores compartilhem desafios e construam

soluções coletivas. Esse processo colaborativo não só fortalece a identidade profissional docente, mas também contribui para a eficácia da educação inclusiva. (IMBERNÓN, 2010).

Portanto, aprimorar a formação inicial e continuada de professores é um investimento crucial para o futuro da educação no Brasil. Apenas com processos formativos críticos, reflexivos e contextualizados é possível garantir que os educadores tenham as ferramentas necessárias para transformar a escola em um espaço acessível e acolhedor para todos os alunos.

#### 4. CONCLUSÃO

O estudo sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ressalta a relevância de práticas pedagógicas adaptadas aos alunos com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD).

Esse serviço não apenas complementa o ensino regular, mas também impulsiona o desenvolvimento integral desses estudantes, oferecendo enriquecimento curricular, metodologias diversificadas e apoio institucional disponibilizado pelos NAAH/S. Embora tenham sido feitos avanços, persistem desafios na aplicação das diretrizes, como limitações de recursos, deficiências na formação docente e dificuldades na integração entre políticas públicas e práticas nas escolas.

Diante disso, torna-se crucial investir na capacitação continuada dos educadores e ampliar o acesso a ferramentas especializadas para assegurar que os alunos com AH/SD possam alcançar todo o seu potencial.

Assim, fortalecer o AEE e implementar estratégias pedagógicas eficazes são passos fundamentais para consolidar uma educação inclusiva de qualidade, pautada na equidade, no reconhecimento das capacidades individuais e no desenvolvimento pleno dos estudantes.

## 5. REFERENCIAS

ALENCAR, E. M. L. S. & FLEITH, D. S. (2001) **Superdotação: determinantes, educação e ajustamento.** São Paulo: EPU. Disponível em <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/altashabilidades.pdf> acesso em 20 ago. 2025

BRASIL. (2022). **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2022**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

BRASIL. **Atendimento Educacional Especializado – AEE: Altas Habilidades/Superdotação**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 51/2023**. Brasília: MEC/CNE, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 24 ago. 2025.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretriz – Altas Habilidades ou Superdotação**. Brasília: MEC, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2022-pdf-1/242301-diretriz-altashabilidades-ou-superdotacao-1/file>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Senado Federal. O atendimento escolar de alunos com altas habilidades ou superdotação. Brasília: Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-deestudos/textos-para-discussao/td323>. Acesso em: 02 set. 2025.

FAVERI, Fanny Bianca Mette de; HEINZLE, Marcia Regina Selpa. **Altas Habilidades/Superdotação: políticas visíveis na educação dos invisíveis**. Revista Educação Especial, Revista Educação Especial, v. 32, 2019. Publicação Contínua. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3131/313158902119/313158902119>. Acesso em 02 set. 2025

FLEITH, D. S. **Altas Habilidades/Superdotação: desafios e possibilidades na educação inclusiva**. Campinas: Papirus, 2022.

FREITAS, S. N.; PÉREZ, S. G. P. B. **Altas Habilidades/Superdotação: atendimento especializado**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

GARDNER, H. (1994). **Inteligências Múltiplas: A teoria na prática** (M. A.V.Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREZ, Suzana Graciela Barrera. FREITAS, Soraia Napoleão. Políticas públicas para as Altas Habilidades/ Superdotação: incluir ainda é preciso. **Rev. Educação Especial**, v. 27, n. 50, p. 627-640, set./dez. 2021. Santa Maria, RS. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313132120006>. Acessado em: 02 set. 2025.

POLIDO, Eloá Rebeca Santos; CORRÊA, Aline Kelly Scalco Gonçalves. **Altas habilidades e inclusão: implicações no ensino fundamental**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, v. 8, n. 1, p. 16-28, 2024. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/112/17052024161030.pdf>. Acesso em: 25 agos. 2025

RENZULLI, J.S. **Modelo de enriquecimento para toda a escola: Um plano abrangente para o desenvolvimento de talentos e superdotacao**. Rev. Ed. Especial, v.27, n.50, p. 539-562. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/14676>. Acesso em: 25 agos 2025.

SILVA, Gutemberg Gomes. **A inclusão de alunos com altas habilidades ou superdotação no Brasil**. Cadernos da Fucamp, v. 28, p. 107-120, 2024. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3412/2153>. Acesso em: 22 agos. 2025

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VIRGOLIM, Ângela; KONKIEWITZ, Elisabete (orgs). **Altas Habilidades/Superdotação, Inteligência e Criatividade: uma visão multidisciplinar**. Brasília: Papirus, 2014.

